



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

NOTA
ESTRATÉGICA

22

MAIO 2016



Diálogo Latino-Americano sobre Paz e Segurança Internacional

Reverendo as perspectivas sobre operações de paz,
consolidação da paz e mulheres, paz e segurança



Índice

Resumo	1
Operações de Paz	3
Consolidação da paz (<i>peacebuilding</i>).....	5
Mulheres, Paz e Segurança	6
Nexo entre segurança e desenvolvimento	7

Diálogo Latino-Americano sobre Paz e Segurança Internacional

Reverendo as perspectivas sobre operações de paz, consolidação da paz e mulheres, paz e segurança

Resumo

A Organização das Nações Unidas (ONU) está promovendo uma série de reformas para melhor enfrentar os desafios para a paz e segurança internacional que emergem no século XXI. Uma série de estudos foi realizada para aprimorar a maneira com que o sistema ONU toma decisões em resposta aos novos desafios. Na medida em que a 70ª Assembleia Geral da ONU (AGNU) se prepara para deliberar sobre tais reformas, em maio de 2016, diversas regiões também estão refletindo sobre as prioridades-chave para produzir avanços nessa agenda. Com este fim, o Presidente da 70ª Assembleia Geral recomendou que o Instituto Igarapé assumisse a liderança na reunião de representantes do governo e da sociedade civil da América-Latina para identificar oportunidades e desafios para a paz e segurança internacional.

O relatório a seguir sintetiza as principais conclusões estabelecidas a partir da consulta latino-americana. O debate foi realizado em parceria com o Instituto Pandiá Calógeras, o Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais (NUPI) e o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), na sede do Ministério da Defesa do Brasil, em 25 de fevereiro de 2016. O evento reuniu 30 participantes, incluindo representantes de governos, da academia e think tanks. Na ocasião, foram apresentadas as perspectivas latino-americanas quanto aos processos de revisão da ONU sobre operações de paz, a revisão da arquitetura de consolidação da paz e a avaliação da implementação da Resolução 1325 (Res1325) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), referente à agenda sobre mulheres, paz e segurança (MPS).

Representantes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México e Uruguai identificaram uma série de prioridades e lacunas específicas. Para fazer avançar sua agenda voltada para a paz e segurança internacional de maneira mais eficiente, a ONU deve:

- Aumentar as contribuições políticas e financeiras voltadas à prevenção de conflitos e enfatizar a primazia da dimensão política;
- Concentrar a ajuda humanitária no combate às denominadas raízes dos conflitos (incluindo a pobreza, desigualdade, injustiça e impunidade);
- Garantir uma perspectiva de gênero em todos os níveis das políticas e programas da ONU;
- Evitar a securitização e militarização da assistência ao desenvolvimento, mas garantir a complementariedade das ações voltadas para segurança e desenvolvimento.
- Deixar clara a distinção entre as agendas e prioridades associadas a atividades de contraterrorismo e combate ao crime organizado daquelas relacionadas aos processos de manutenção da paz, consolidação da paz e à agenda sobre mulheres, paz e segurança.
- Promover uma reforma robusta do sistema ONU (incluindo a reforma do Conselho de Segurança); enfatizar a descentralização da assistência humanitária da ONU;
- Adotar uma agenda abrangente voltada para mediação e atividades de capacitação.

A consulta servirá de contribuição informal para o Debate Temático de Alto Nível da ONU sobre Paz e Segurança Internacional, que acontecerá em Nova York em maio de 2016. As discussões se deram sob as regras de Chatam House. O relatório a seguir foi revisado pelos principais parceiros e subsidiará a Assembleia Geral no formato de um documento informal, que não representa o posicionamento oficial dos governos que participaram da consulta.



Foto: Departamento de Comunicação do Ministério da Defesa do Brasil

Operações de Paz

O primeiro painel focou nos resultados do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU. Os participantes reforçaram as principais recomendações derivadas do processo. De maneira geral, os presentes concordaram sobre a necessidade de adaptação das regras e instituições da ONU para melhor responder às mudanças na natureza dos conflitos armados. Todos os participantes reafirmaram o papel crucial da prevenção de conflitos, bem como a importância de estabelecimento de parcerias locais e regionais e a necessidade de adoção de um planejamento de longo prazo. Além disso, concordaram com a primazia da política em operações de paz e com o uso de meios militares apenas como último recurso.

Entre os principais tópicos discutidos estava a agenda sobre mulheres, paz e segurança. Levando em consideração a tradição machista e patriarcal da América Latina, os participantes concordaram que são necessários maiores esforços dentro e fora do escopo da ONU para eliminar tais barreiras. Os presentes também enfatizaram a importância de mais atividades focadas na realidade do campo e a necessidade de uma maior coerência no sistema ONU para lidar com prioridades compartilhadas pelos países da região. Todos esses aspectos foram identificados como prioritários para fazer avançar a abordagem das Nações Unidas para paz e segurança.

O painel também analisou os potenciais obstáculos para a implementação dos três processos de revisão. Identificou-se, por exemplo, que dado o contexto de escassez de recursos, a garantia de um comprometimento regular e de sustentabilidade financeira para atividades de manutenção da paz permanece um desafio. Além disso, os participantes enfatizaram as contínuas dificuldades na aplicação de normas e protocolos para a proteção de civis em conflitos armados. Da mesma forma, persiste uma lacuna relacionada à incapacidade dos Estados de monitorar e avaliar o sucesso ou fracasso das operações de paz. Alguns participantes sublinharam a persistência na utilização, por parte dos Estados membros da ONU e de organizações regionais, de uma abordagem para a prevenção de conflitos focada no Estado. Outro aspecto bastante notado foi a falta de coerência entre as diferentes agências da ONU, instituições nacionais e grupos locais atuando no campo.

Os participantes também sinalizaram a crescente contribuição da América Latina e do Caribe para a paz e a segurança, tanto no nível regional quanto no global. Além de ter aumentado suas contribuições financeiras e o número de tropas enviadas para operações de paz, a região adquiriu experiência em atividades de mediação e diplomacia preventiva, especialmente em seu entorno imediato. Os Estados latino-americanos lançaram uma série de iniciativas inovadoras para prevenir o escalonamento de tensões entre países vizinhos, incluindo encontros presidenciais e ministeriais na Bolívia, Colômbia e Equador e reuniões no escopo de organismos regionais como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Além disso, os países latino-americanos recomendam que não haja sobreposição entre operações de apoio à paz e as de contra insurgência e contraterrorismo.

A consulta também destacou a importância da adoção de expectativas realistas com relação ao apoio atual e futuro da América Latina para operações de paz. Um balanço das contribuições financeiras de 33 Estados latino-americanos para o orçamento destinado às operações de manutenção da paz da ONU sugerem que as contribuições permanecem relativamente modestas. Em 2012, por exemplo, o gasto acumulado de 33 países correspondia a apenas 1.1% do orçamento total da ONU designado a tais atividades. Em 2013, 2014 e 2015 os aportes financeiros foram equivalentes a 1.4% do total. O gasto projetado para 2016-2018 é de aproximadamente 1.7%. Já o número de tropas enviadas por países latino-americanos aumentou cerca de 10 vezes, de 753 para 7.523. A maior parte das tropas foram, no entanto, designadas para a Missão de Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que teve início em 2004. Com a retração da MINUSTAH, a tendência é de que esses números sejam reduzidos consideravelmente ao longo dos próximos anos.

Consolidação da paz (*peacebuilding*)

O segundo painel apontou caminhos que a ONU pode seguir fortalecendo sua abordagem para atividades de consolidação da paz. Os participantes destacaram a necessidade de incentivar a apropriação local de uma abordagem mais centrada no indivíduo. Também foi enfatizada a importância de providenciar recursos adequados e previsíveis para a implementação de processos de consolidação da paz. Um aspecto chave para isso seria o desenvolvimento de sistemas de avisos prévios mais robustos e a institucionalização de mecanismos de prevenção de conflitos que incorporem atores locais nos processos de análise e resposta aos potenciais conflitos. As atividades de consolidação da paz também podem ser fortalecidas por meio da construção de parcerias mais sólidas, desde o nível regional ao local. Igualmente, se faz necessário o aumento do investimento em missões políticas que se concentrem não apenas em áreas críticas e de baixa renda, mas também em localidades de renda média.

Os representantes latino-americanos chamaram atenção para o risco de securitização dos esforços de consolidação da paz e da assistência ao desenvolvimento. Para que isso seja evitado, processos de consolidação da paz não devem ser tratados como sinônimos de reforma do sistema e do setor de segurança. Alguns participantes demonstraram preocupação com os riscos de haja um deslocamento da ajuda voltada à consolidação da paz para atividades militares e de polícia.

Os presentes também enfatizaram a relevância da cooperação Sul-Sul (CSS), inclusive como um meio da América Latina ampliar a sua atuação dentro e fora da região. Assim, os Estados membros da ONU aconselharam ampliar o apoio ao Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSS) e construir pontes entre o Escritório a arquitetura mais ampla da ONU dedicada a atividades de consolidação da paz.

A prestação de contas (*accountability*) é um dos tópicos centrais das atividades de consolidação da paz no século XXI. Os participantes latino-americanos enfatizaram a importância da adoção de parâmetros e indicadores sólidos para avaliar a eficácia da prevenção de conflitos. Esse aspecto poderia elevar a atenção necessária às vantagens da prevenção. A transição de um processo de avaliação ad hoc para um sistema de monitoramento e avaliação institucionalizado é fundamental não apenas para evitar novos conflitos, como para melhor lidar com os que já estão em andamento. A maior ênfase no fortalecimento da apropriação local em esforços de consolidação da paz – não só de atores nacionais centralizados, mas também da sociedade civil – é um outro meio de se ampliar a prestação de contas no terreno.

Também foi salientado o fato da América Latina ter enfrentado poucos conflitos armados, sobretudo quando comparada com outras regiões. Ainda assim, iniciativas voltadas para prevenção de conflitos lideradas por países latino-americanos têm recebido um grau de atenção relativamente baixo. Portanto, seria positivo se tais experiências fossem melhor estudadas e comunicadas. Por exemplo, intervenções diplomáticas de alto nível contribuíram para prevenir a emergência de disputas territoriais entre vizinhos. Além disso, sistemas de cooperação regional, como a Unasul, são fundamentais para apaziguar tensões entre atores da região. Mecanismos bilaterais – como o acordo entre o Brasil e a Argentina na área de energia nuclear – são exemplos de maneira de se incentivar parcerias pacíficas e construtivas. Projetos nacionais, como o “Lugar de la Memoria”, no Peru, e os museus históricos no Chile, foram planejados para ajudar esses países a superar resquícios de guerras passadas.

Mulheres, Paz e Segurança

O painel final explorou a implementação, na América Latina, da agenda da ONU sobre mulheres, paz e segurança e do Estudo Global para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança (Res1325). Os participantes reconheceram que desde a IV Conferência da ONU sobre a Mulher, realizada em Pequim (1995), e da adoção da Resolução 1325 (2000), a agenda sobre MPS vêm ganhando espaço no âmbito da ONU. O lançamento do Estudo Global foi considerado como uma grande conquista. Várias recomendações práticas emergiram das discussões.

Todos os participantes enfatizaram a importância da transversalização da agenda sobre MPS entre todas as instituições nacionais. Foram identificados como prioridades, a elaboração de planos nacionais de ação (PNA), a canalização de recursos previsíveis e o incentivo à cooperação Sul-Sul e triangular na área de gênero e empoderamento das mulheres. Também foi considerado fundamental o desenvolvimento de capacidades de organismos governamentais e da sociedade civil, incluindo a integração da agenda sobre MPS aos centros de treinamento para operações de paz. Os governos latino-americanos também foram encorajados a serem mais ativos no combate à impunidade de crimes de natureza sexual e baseados em gênero.

O diálogo também focou nos desafios associados à implementação das recomendações da Resolução 1325 na região. Apesar das melhoras recentes, os governos e a sociedade civil latino-americana ainda estão pouco avançados na agenda sobre MPS. O entendimento de como questões de gênero e a paz sustentável estão associadas permanece desconcertantemente baixo. Como resultado, a agenda ainda é vista como um tema restrito ao setor militar e especialmente ao domínio das operações de manutenção paz. Para superar esse desafio, os participantes destacaram a necessidade de engajar todos os setores da sociedade em atividades associadas à prevenção da violência baseada em gênero e de fomentar a participação de mulheres em processos de segurança, não apenas no nível local como no internacional.

Os participantes enfatizaram as melhoras progressivas que os países latino-americanos alcançaram nos últimos anos com relação à agenda sobre MSP. Por exemplo, a Argentina lançou um projeto piloto para incluir uma perspectiva de gênero em operações de paz. Em 2009, o Chile se tornou o primeiro país da América Latina a adotar um plano nacional de ação para implementação da Res1325, sendo seguido pela Argentina e o Paraguai. Recentemente, o Brasil assumiu o compromisso de desenvolver um PNA. O Brasil também estabeleceu uma comissão de gênero no âmbito do Ministério da Defesa Ministério e do Ministério das Relações Exteriores do país. Os governos latino-americanos – especialmente a Argentina, Bolívia, Colômbia, Nicarágua, Uruguai e Venezuela – também aumentaram a inclusão de mulheres em suas forças armadas.

Na esfera doméstica, países latino-americanos têm adotado cada vez mais uma perspectiva de gênero em suas políticas e programas. Por exemplo, “feminicídio” passou a ser designado como um crime específico em uma série de países. Alguns deles também criaram ministérios dedicados às mulheres. Finalmente, a lei brasileira “Maria da Penha”, o disque 180 – serviço criado para receber denúncias de violência contra mulheres –, e a Casa da Mulher Brasileira – local dedicado a fornecer apoio legal, psicológico e de saúde a vítimas de violência doméstica – foram mencionados como exemplos positivos de iniciativas que deveriam ser replicadas em países de dentro e fora da região.

Nexo entre segurança e desenvolvimento

Embora não tenha sido o foco específico da consulta, os participantes realçaram de maneira frequente a interdependência entre segurança e desenvolvimento. Os presentes enalteciam o papel da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e destacaram o caráter universal dos recém-acordados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Apesar da ênfase no Objetivo 16 – relacionado à paz e justiça – houve consenso sobre a importância da implementação dos 17 Objetivos de forma integrada para que se alcance impactos mais robustos em termos de paz e segurança internacional.

Os participantes também expuseram o cenário de alta incidência de violência na América Latina particularmente associada ao crime organizado. De fato, alguns países da região possuem as mais altas taxas de homicídio do mundo e algumas sub-regiões, especialmente a América Central, enfrentam um contexto de extrema volatilidade. Muitos dos participantes sublinharam a importância de se distinguir entre, de um lado, paz e segurança internacional e, de outro, lei doméstica e ordem interna. Há uma necessidade de se separar as duas esferas, de maneira que a segunda não entre no âmbito CSNU. Os governos latino-americanos também ressaltaram a importância das políticas públicas de segurança para a garantia de ordem no nível doméstico.

Todos os participantes enfatizaram a geopolítica e o terrorismo como os principais desafios para a reforma da arquitetura da paz e segurança. Alguns representantes latino-americanos demonstraram receio de que mudanças significativas nas operações de paz, de consolidação da paz e na agenda sobre MPS sejam frustradas em decorrência da baixa representatividade do CSNU. Alguns dos participantes também destacaram o papel da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) no sentido de reequilibrar os interesses do P5 e dos demais Estados membros, a fim de abrir caminho para uma arquitetura de paz e segurança mais equilibrada.

CONSULTA REGIONAL: Paz e Segurança Internacional - Brasília, 25 de fevereiro de 2016

PARTICIPANTES

1	Adriana Erthal Abdenur	Pesquisadora senior do CEBRI / Fellow do Instituto Igarapé
2	Alcides Costa Vaz	Universidade de Brasília (UnB)
3	Antonio Jorge Ramalho	South American Defense School (ESUDE)
4	Antonio Sampaio	International Institute for Strategic Studies (IISS)
5	Min. Boris Svetogorsky	Embaixada do Uruguai em Brasília
6	Amb. Carlos Amorín	Embaixada do Uruguai em Brasília
7	Navy Captain Carlos Radicchi	Ministério da Defesa do Brasil
8	Couns, Christiano Sávio Barros Figueirôa	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
9	Colonel Erwin Manuel Caravantes	Embaixada da Guatemala em Brasília
10	Lt Gen Floriano Peixoto Vieira Neto	Membro do High-Level Independent Panel on Peace Operations
11	Colonel Guilherme Ataídes de Oliveira	Ministério da Defesa do Brasil
12	Gustavo Carvalho	Institute for Security Studies (ISS)
13	Sec. Jaime Cortés-Monroy	Embaixada do Chile em Brasília
14	Jan Dybfest	Embaixada da Noruega em Brasília
15	Sec. Jorge Maximiliano Alaniz Rodríguez	Embaixada da Argentina em Brasília
16	Juan Pablo Hernández de Alba	Embaixada da Colômbia em Brasília
17	Juliano Cortinhas	Instituto Pandiá Calógeras
18	Lenka Mihalikova	Gabinete do Presidente da Assembleia Geral da ONU
19	Luana Grillo	ONU Mulheres Brasil
20	Maiara Folly	Instituto Igarapé
21	Marcos Tourinho	Fundação Getúlio Vargas
22	Mariana Lima	Instituto Pandiá Calógeras
23	Michele Gonçalves dos Ramos	Instituto Igarapé
24	Nick Redman	International Institute for Strategic Studies (IISS)
25	Nívio Nascimento	Escritório da ONU para Drogas e Crimes
26	Pérola Abreu Faria	Rede Women Waging Peace
27	Rafael Barcelo	Embaixada do México em Brasília
28	Rafael Villa	Universidade de São Paulo
29	Renata Giannini	Instituto Igarapé
30	Robert Muggah	Instituto Igarapé
31	Virginia Comolli	International Institute for Strategic Studies (IISS)



Foto: Departamento de Comunicação do Ministério da Defesa do Brasil

Outras publicações do Instituto Igarapé

NOTA ESTRATÉGICA 21 - Assessing Haiti's Electoral Legitimacy Crisis – Results of a 2016 Survey

Athena R. Kolbe e Robert Muggah (Fevereiro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 20 - Impact of Perceived Electoral Fraud on Haitian Voter's Beliefs about Democracy

Athena R. Kolbe, Nicole I. Cesnales, Marie N. Puccio e Robert Muggah (Novembro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 19 - A Força de uma Trajetória: O Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)

Eduarda Passarelli Hamann (Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 18 - Implementing UNSC Resolution 1325 in Brazil: surmounting challenges and promoting equality

Renata A. Giannini, Mariana Lima e Pérola Pereira (Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 17 - A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: visão de mundo e narrativas do Brasil

Eduarda Passarelli Hamann (Maio 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 16 - Break Your Bones: mortality and morbidity associated with Haiti's Chikungunya epidemic

Athena R. Kolbe, Augusta Herman e Robert Muggah (Julho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 15 - New Technologies for Improving Old Public Security Challenges in Nairobi

Mads Frilander, Jamie Lundine, David Kutalek e Luchetu Likaka (Junho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 14 - O Despertar da América Latina: uma revisão do novo debate sobre política de drogas

Ilona Szabó de Carvalho (Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 13 - The Changing Face of Technology Use in Pacified Communities

Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin (Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 12 - A Inserção de Civis Brasileiros no Sistema ONU: oportunidades e desafios

Renata Avelar Giannini (Janeiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 11 - A Diáspora Criminal: o alastramento transnacional do crime organizado e as medidas para conter sua expansão

Juan Carlos Garzón Vergara (Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 10 - Smarter Policing: tracking the influence of new information technology in Rio de Janeiro

Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin (Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 9 - Is Tourism Haiti's Magic Bullet? An Empirical Treatment of Haiti's Tourism Potential

Athena R. Kolbe, Keely Brookes e Robert Muggah (Junho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 8 - Violencia, Drogas y Armas ¿Otro Futuro Posible?

Ilona Szabó de Carvalho, Juan Carlos Garzón e Robert Muggah (Julho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 7 - A Promoção Da Paz No Contexto Pós-2015: o papel das potências emergentes

Robert Muggah, Ivan Campbell, Eduarda Hamann, Gustavo Diniz e Marina Motta (Fevereiro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 6 - After the Storm: Haiti's coming food crisis

Athena Kolbe, Marie Puccio e Robert Muggah (Dezembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 5 - Brazil's Experience in Unstable Settings

Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite (Novembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 4 - Cooperação Técnica Brasileira

Iara Costa Leite e Eduarda Passarelli Hamann (Setembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 3 - A Experiência do Brasil em Contextos Instáveis

Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite (Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 2 - The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti (Aug 2011 - Jul 2012)

Athena R. Kolbe, Robert Muggah e Marie N. Puccio (Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 1 - Haiti's Urban Crime Wave? Results from Monthly Households Surveys (Aug 2011 - Feb 2012)

Athena R. Kolbe e Robert Muggah (Março 2012)

Artigos Estratégicos

ARTIGO ESTRATÉGICO 19

Construindo Planos Nacionais de Ação eficazes: coletânea de boas práticas

Renata A. Giannini
(Março de 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 18

“When Kids Call the Shots” Children’s perceptions on violence in Recife, Brazil, as per the ‘Child Security Index’

Helen Moestue, Katherine Aguirre e Renata A. Giannini
(Dezembro de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 17

Where is Latin America? Reflections on Peace, Security, Justice and Governance in the Post-2015 Sustainable Development Agenda

Renata A. Giannini
(Outubro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 16

Políticas de Drogas no Brasil: A Mudança já Começou

Ilona Szabó de Carvalho e Ana Paula Pellegrino
(Março de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 15

Nuevos retos y nuevas concepciones de la seguridad en México Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana

(Março de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 14

A ‘Third Umpire’ for Policing in South Africa – Applying Body Cameras in the Western Cape

David Bruce e Sean Tait
(Março de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 13

Brazil and Haiti: Reflections on 10 Years of Peacekeeping and the Future of Post-2016 Cooperation

Eduarda Passarelli Hamann (org.)
(Janeiro de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 12

Measurement Matters: Designing New Metrics for a Drug Policy that Works

Robert Muggah, Katherine Aguirre e Ilona Szabó de Carvalho
(Janeiro de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 11

Desconstruindo a segurança cibernética no Brasil: ameaças e respostas

Gustavo Diniz, Robert Muggah e Misha Glenny
(Dezembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 10

Expansão Digital: como as novas tecnologias podem prevenir a violência contra crianças nos países do hemisfério sul

Helen Mostue e Robert Muggah
(Novembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 9

Promover Gênero e Consolidar a Paz: A Experiência Brasileira

Renata A. Giannini
(Setembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 8

Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras: Edição Especial dos Diálogos de Segurança Cidadã

Michele dos Ramos, Robert Muggah, José Luiz Ratton, Clarissa Galvão, Michelle Fernandez, Claudio Beato, Andréa Maria Silveira, Melina Ingrid Risso e Robson Rodrigues.
(Julho de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 7

Changes in the Neighborhood: Reviewing Citizen Security Cooperation in Latin America

Robert Muggah e Ilona Szabó de Carvalho
(Março de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 6

Prevenindo a violência na América Latina por meio de novas tecnologias

Robert Muggah e Gustavo Diniz
(Janeiro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 5

Protegendo as Fronteiras: o Brasil e sua estratégia "América do Sul como prioridade" contra o crime organizado transnacional

Robert Muggah e Gustavo Diniz
(Outubro de 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 4

To Save Succeeding Generations: UN Security Council Reform and the Protection of Civilians

Conor Foley
(Agosto 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 3

Momento Oportuno: Revisão da Capacidade Brasileira para Desdobrar Especialistas Civis em Missões Internacionais

Eduarda Passarelli Hamann
(Janeiro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 2

A Fine Balance: Mapping Cyber (in)security in LatinAmerica

Gustavo Diniz e Robert Muggah
(Junho 2012)

ARTIGO ESTRATÉGICO 1

Mecanismos Nacionais de Recrutamento, Preparo e Emprego de Especialistas Civis em Missões Internacionais

Eduarda Passarelli Hamann
(Maio 2012)



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas da segurança, justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é promover debates e propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação.

O Instituto atualmente trabalha com cinco macrotemas: política sobre drogas nacional e global, segurança cidadã, construção da paz, desenvolvimento sustentável e segurança cibernética. O Instituto Igarapé tem sede no Rio de Janeiro, com representação em Bogotá, Cidade do México e outras partes do mundo.



Design and layout:

Raphael Durão - Storm Design

ISSN 2359-0998



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

Rua Conde de Irajá, 370
Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22271-020
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br